

Entre proteção e emancipação: Expectativas familiares sobre o futuro de adolescentes com deficiência intelectual

Sandra Beltrão Tavares Costa

Universidad de Ciencias Empresariales y Sociales

Resumo: A deficiência intelectual, quando vivida na adolescência, tensiona expectativas familiares marcadas por cuidado, proteção, medo e desejo de autonomia. Esse cenário torna-se sensível quando o futuro dos filhos é pensado em relação à moradia, escolarização, trabalho, escolhas cotidianas e permanência ou redução da dependência familiar. Este artigo tem como objetivo geral analisar, a partir de dados de tese doutoral, as expectativas familiares sobre o futuro de adolescentes com deficiência intelectual moderada, considerando a tensão entre proteção e emancipação. O problema fomentador pergunta de que modo pais e mães representam as possibilidades futuras de autonomia desses adolescentes e em que medida suas práticas favorecem ou restringem experiências autodeterminadas. Metodologicamente, trata-se de recorte qualitativo-quantitativo, transversal, não probabilístico, derivado de pesquisa com 30 casais, totalizando 60 genitores, cujas entrevistas foram examinadas por análise lexical com IRAMUTEQ e por comparação inferencial com teste U de Mann-Whitney. Os resultados evidenciam que os genitores reconhecem a autonomia como dimensão necessária ao desenvolvimento, mas a associam a dificuldades, risco, incapacidade e necessidade de controle. As mães aparecem mais vinculadas ao medo de ausência de suporte futuro, enquanto os pais indicam maior preocupação com autonomia doméstica, cuidado de materiais, compras e intensidade da autonomia. Conclui-se que a proteção familiar, quando não acompanhada de oportunidades graduais de escolha, pode converter-se em obstáculo à emancipação, exigindo ações intersetoriais que apoiem famílias, escolas e serviços especializados na construção progressiva da vida adulta com participação social, segurança e dignidade. O texto oferece, ainda, subsídios para intervenção familiar e planejamento de transição cuidadosa.

Palavras-chave: Deficiência intelectual; Expectativas familiares; Autodeterminação.



Recebido em: janeiro, 2026. Aceito em: abril, 2026

DOI: 10.56069/2676-0428.2026.799

Saberes em Circulação:

Experiências, Pesquisas e Transformações Contemporâneas

Maio, 2026, v. 3, n. 38

Periódico Multidisciplinar da FESA Educacional

ISSN: 2676-0428



Entre la protección y la emancipación: expectativas familiares sobre el futuro de los adolescentes con discapacidad intelectual

Resumen: La discapacidad intelectual, cuando se experimenta en la adolescencia, tensiona las expectativas familiares marcadas por el cuidado, la protección, el miedo y el deseo de autonomía. Este escenario se vuelve sensible cuando se piensa en el futuro de los niños en relación con la vivienda, la educación, el trabajo, las decisiones diarias y la permanencia o reducción de la dependencia familiar. El objetivo general de este artículo es analizar, basándose en datos de una tesis doctoral, las expectativas familiares sobre el futuro de los adolescentes con discapacidad intelectual moderada, considerando la tensión entre protección y emancipación. El problema fomentador pregunta cómo representan los padres y madres las futuras posibilidades de autonomía de estos adolescentes y hasta qué punto sus prácticas favorecen o restringen las experiencias autodeterminadas. Metodológicamente, se trata de un enfoque cualitativo-cuantitativo, transversal y no probabilístico, derivado de un estudio con 30 parejas, sumando un total de 60 padres, cuyas entrevistas fueron examinadas mediante análisis léxico con IRAMUTEQ y por comparación inferencial con la prueba U de Mann-Whitney. Los resultados muestran que los padres reconocen la autonomía como una dimensión necesaria para el desarrollo, pero la asocian con dificultades, riesgo, incapacidad y la necesidad de control. Las madres parecen estar más vinculadas al miedo a la falta de apoyo futuro, mientras que los padres muestran mayor preocupación por la autonomía doméstica, el cuidado de materiales, las compras y la intensidad de la autonomía. Se concluye que la protección familiar, cuando no va acompañada de oportunidades graduales de elección, puede convertirse en un obstáculo para la emancipación, requiriendo acciones intersectoriales que apoyen a las familias, las escuelas y los servicios especializados en la construcción progresiva de la vida adulta con participación social, seguridad y dignidad. El texto también ofrece subvenciones para la intervención familiar y una planificación cuidadosa de la transición.

Palabras clave: Discapacidad intelectual; Expectativas familiares; Autodeterminación.

Entre la protección y la emancipación: expectativas familiares sobre el futuro de los adolescentes con discapacidad intelectual

Abstract: Intellectual disability, when experienced in adolescence, stresses family expectations marked by care, protection, fear and the desire for autonomy. This scenario becomes sensitive when thinking about children's futures in relation to housing, education, work, daily decisions, and the permanence or reduction of family dependency. The general objective of this article is to analyze, based on data from a doctoral thesis, the family expectations about the future of adolescents with moderate intellectual disability, considering the tension between protection and emancipation. The fostering problem asks how parents represent the future possibilities of autonomy of these adolescents and to what extent their practices favor or restrict self-determined experiences. Methodologically, it is a qualitative-quantitative, cross-sectional and non-probabilistic approach, derived from a study with 30 couples, totaling 60 parents, whose interviews were examined by lexical analysis with IRAMUTEQ and by inferential comparison with the Mann-Whitney U test. The results show that parents recognize autonomy as a necessary dimension for development, but associate it with difficulties, risk, incapacity and the need for control. Mothers seem to be more linked to the fear of the lack of future support, while fathers show greater concern about domestic autonomy, care of materials, shopping and the intensity of autonomy. It is concluded that family protection, when not accompanied by gradual opportunities for choice, can become an obstacle to emancipation, requiring intersectoral actions that support families, schools and specialized services in the progressive construction of adult life with social participation, security and dignity. The text also offers grants for family intervention and careful transition planning.

Keywords: Intellectual disability; Family expectations; Self-determination.

INTRODUÇÃO

A adolescência de pessoas com deficiência intelectual exige que a família reorganize expectativas, modos de cuidado e projeções de futuro, especialmente quando o desenvolvimento biológico não coincide, aos olhos dos adultos, com a independência social esperada. Nessa etapa, as decisões sobre circulação, convivência, escolarização, afetividade, trabalho e moradia tornam visível uma tensão recorrente: proteger para evitar riscos ou permitir experiências que consolidem autonomia. Foley (2013), ao analisar famílias de adultos com síndrome de Down, nomeia essa tensão como negociação cotidiana entre empoderar e proteger, perspectiva que aproxima a discussão da realidade investigada na tese de Costa (2021).

A produção bibliográfica mapeada na pesquisa doutoral indica que os estudos sobre deficiência intelectual ainda tendem a privilegiar limites, dificuldades adaptativas e demandas de cuidado, enquanto tratam menos das condições concretas que permitem participação social e vida adulta com apoios. Mitchell (2012), ao examinar relatos parentais sobre envolvimento de filhos com deficiência intelectual em processos de escolha, evidencia que a decisão familiar raramente decorre apenas da capacidade do adolescente; ela também envolve medo, avaliação de riscos, confiança nas redes de suporte e percepção sobre o quanto a escolha pode gerar sofrimento ou aprendizagem.

Nesse horizonte, a noção de futuro não corresponde apenas a uma etapa cronológica posterior, mas a um campo simbólico no qual se condensam desejos, inseguranças e representações sociais sobre deficiência. Quando pais e mães imaginam se o filho poderá morar sozinho, fazer compras, administrar dinheiro, tomar decisões ou expressar opinião própria, mobilizam conhecimentos construídos em sua experiência familiar, em discursos profissionais e em valores culturais sobre normalidade, dependência e cuidado. A expectativa familiar, portanto, não apenas descreve o futuro: ela antecipa possibilidades e pode organizar oportunidades ou interdições no presente.

O problema que orienta este artigo formula-se nos seguintes termos: de que modo as expectativas familiares sobre o futuro de adolescentes com deficiência intelectual moderada oscilam entre proteção e emancipação, e como essa oscilação interfere nas oportunidades de escolha, participação e autonomia oferecidas no cotidiano? A pergunta decorre da constatação de que os genitores reconhecem a importância da autodeterminação, mas, simultaneamente, relatam poucas práticas concretas de estímulo, sobretudo quando envolvem dinheiro, deslocamento, moradia, opinião própria e resolução de problemas.

O objetivo geral consiste em analisar as expectativas familiares sobre o futuro de adolescentes com deficiência intelectual moderada, com ênfase na tensão entre práticas protetivas e possibilidades emancipatórias. Especificamente, busca-se: a) discutir como a literatura presente na tese interpreta família, deficiência intelectual e transição para a vida adulta; b) examinar os resultados bibliográficos e empíricos da pesquisa doutoral; c) compreender como diferenças entre pais e mães indicam modos distintos de perceber risco, autonomia e suporte futuro.

O artigo organiza-se em cinco seções, além desta introdução. A primeira apresenta o delineamento metodológico do recorte adotado. A segunda desenvolve a fundamentação teórica, selecionando seis referências presentes na tese, distintas daquelas priorizadas no primeiro artigo. A terceira sistematiza os resultados bibliográficos do estado da arte. A quarta analisa os achados empíricos e aprofunda a discussão com os autores selecionados. Por fim, as considerações finais retomam contribuições, limites e desdobramentos para pesquisas e práticas com famílias.

METODOLOGIA

Este artigo deriva de pesquisa doutoral desenvolvida por Costa (2021), cujo objetivo consistiu em analisar as representações sociais de pais e mães acerca da autodeterminação de filhos adolescentes, com idade entre 12 e 18 anos, diagnosticados com deficiência intelectual moderada. O estudo original

adotou base não probabilística, desenho transversal, amostra por conveniência e abordagem quantitativa-qualitativa, o que permitiu articular interpretação das falas parentais e comparação estatística entre grupos de pais e mães. Sampieri, Collado e Lucio (2010) sustentam esse tipo de composição metodológica ao defenderem que entrevistas semiestruturadas podem seguir um roteiro flexível, no qual o pesquisador preserva tópicos centrais, mas ajusta perguntas e ritmo de acordo com os sentidos emergentes na interação.

A amostra foi composta por 30 casais, totalizando 60 genitores em relação conjugal, cujos filhos adolescentes apresentavam diagnóstico de deficiência intelectual moderada comprovado por avaliação psicológica. A coleta ocorreu no CEMPA – Centro de Potencialização da Aprendizagem, em Petrolina, Pernambuco, instituição voltada ao atendimento de crianças e adolescentes com transtornos do neurodesenvolvimento. Antes das entrevistas, os participantes receberam informações sobre objetivo, confidencialidade, voluntariedade e possibilidade de desistência, além de assinarem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, em conformidade com aprovação ética indicada na tese.

Foram utilizados questionário sociodemográfico e entrevista semiestruturada baseada nos eixos da Escala de Autodeterminação ARC, originalmente vinculada à avaliação de autonomia, autorregulação, crenças de controle, eficácia e autoconsciência. No recorte aqui apresentado, interessam especialmente os itens que remetem a expectativas de futuro: autonomia doméstica, cuidado com material escolar, pequenas compras, convívio com amigos, experiências novas, opinião própria, expressão de sentimentos, estabelecimento de metas e possibilidade de independência adulta. As entrevistas foram realizadas separadamente com pais e mães, estratégia importante para reduzir interferências conjugais nas respostas e captar diferenças parentais.

A análise dos dados seguiu dois movimentos. No primeiro, as entrevistas foram organizadas como corpus textual e examinadas pelo IRAMUTEQ, com classificação hierárquica descendente, análise de similitude e nuvem de palavras. Marchand e Ratinaud (2012) oferecem referência para a análise de

similitude aplicada a corpus textual, uma vez que essa técnica evidencia coocorrências, conexões lexicais e campos de sentido. No segundo movimento, a pesquisa empregou o teste U de Mann-Whitney no SPSS, após a verificação de ausência de normalidade e de limitações amostrais para procedimentos paramétricos. O presente artigo retoma os achados bibliográficos e empíricos, reorganizando-os sob a chave interpretativa proteção-emancipação.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: EXPECTATIVAS FAMILIARES, ESCOLHA E FUTURO

Pensar expectativas familiares sobre o futuro de adolescentes com deficiência intelectual implica ultrapassar leituras centradas apenas no diagnóstico, pois o futuro se organiza em torno de apoios, vínculos, experiências sociais e oportunidades reais de escolha. Foley (2013) contribui de modo decisivo para esse debate ao mostrar que muitos familiares se percebem em uma posição ambivalente: desejam empoderar filhos adultos com síndrome de Down, mas também se sentem responsáveis por protegê-los de riscos sociais, afetivos e práticos. Essa ambivalência não pode ser reduzida a resistência familiar, pois também revela a fragilidade das redes públicas e comunitárias de suporte, sobretudo quando a vida adulta permanece concentrada no espaço doméstico.

Mitchell (2012) aprofunda essa discussão ao analisar fatores considerados por pais quando decidem até que ponto envolver filhos com deficiência intelectual em processos de escolha. A escolha, nesse enquadramento, não aparece como ato simples, individual e isolado; ela resulta de avaliação parental sobre segurança, maturidade, compreensão da situação, disponibilidade de apoio e consequências emocionais. Desse modo, a emancipação depende de uma pedagogia cotidiana da decisão, na qual pequenas escolhas funcionem como preparação para escolhas mais complexas e para participação social com menor tutela.

Brown e Brown (2009) deslocam a discussão para a qualidade de vida, ao compreenderem a escolha como expressão externa dos desejos e da direção que a pessoa pretende dar à própria vida. Quando a família limita escolhas por medo, pode proteger de riscos imediatos, mas também restringir a experiência de autoria. A autonomia, portanto, não se reduz a independência plena; ela envolve participação, preferência, comunicação e reconhecimento de desejos, ainda que mediada por apoios. No caso de adolescentes com deficiência intelectual moderada, essa formulação impede confundir apoio com substituição permanente da vontade.

Schalock (2004), ao discutir qualidade de vida, permite compreender que o desenvolvimento futuro de pessoas com deficiência intelectual precisa ser avaliado por dimensões múltiplas, como bem-estar emocional, relações interpessoais, autodeterminação, inclusão social, direitos e desenvolvimento pessoal. Sob essa ótica, uma expectativa familiar emancipatória não exige abandono do cuidado, mas reorganização do cuidado como suporte à participação. A pergunta central desloca-se da autonomia absoluta para a combinação entre apoio, escolha, pertencimento e direito de experimentar.

Heller et al. (2011) ampliam a análise ao defenderem que a autodeterminação atravessa o ciclo de vida, com lacunas específicas na transição da adolescência para a vida adulta. O futuro não se improvisa no momento em que os pais envelhecem; ele precisa ser construído desde cedo, por meio de experiências graduais de decisão, circulação, convivência e autorrepresentação. A família, nesse processo, atua como mediadora entre a proteção necessária e os riscos formativos da autonomia, cabendo-lhe transformar medos em planos, combinando metas realistas, apoio profissional e participação do próprio adolescente.

Hewitt, Agosta, Heller, Williams e Reinke (2013) acrescentam que muitas pessoas com deficiência intelectual continuam vivendo com suas famílias por tempo prolongado, o que desloca a questão do futuro para políticas de financiamento, serviços, moradia, suporte comunitário e orientação familiar. Quando essas estruturas faltam, a proteção doméstica tende a substituir direitos

sociais. Assim, o desafio consiste em transformar expectativas familiares em projetos acompanhados por apoios intersetoriais, capazes de preservar segurança sem apagar autoria, presença comunitária e pertencimento adulto.

Essas seis referências permitem sustentar uma leitura relacional das expectativas familiares. O problema não reside apenas em desejar proteger, mas em transformar a proteção em única resposta diante do futuro. Quando escolha, qualidade de vida, ciclo vital, moradia, política pública e suporte familiar são articulados, a emancipação deixa de ser entendida como independência sem apoio e passa a designar participação progressiva em decisões que afetam a própria vida. Nesse sentido, o futuro de adolescentes com deficiência intelectual depende menos de uma ruptura com a família e mais de uma reorganização das mediações familiares, escolares, clínicas e comunitárias que tornam a autonomia praticável, segura e reconhecida. Essa perspectiva também ajuda a evitar culpabilização das famílias, pois evidencia que escolhas familiares são atravessadas por redes de apoio disponíveis.

RESULTADOS BIBLIOGRÁFICOS: O FUTURO COMO CAMPO DE INCERTEZAS

A análise do estado da arte apresentada na tese indica que o campo ainda dispõe de poucos estudos especificamente voltados às representações dos genitores sobre autodeterminação de adolescentes com deficiência intelectual. A literatura localizada pela pesquisadora dialoga com adolescência, deficiência, sexualidade, família, inclusão, aprendizagem e autodeterminação, mas raramente integra esses eixos em uma pergunta voltada à expectativa familiar de futuro. Esse dado sustenta a originalidade do recorte, pois desloca a atenção da deficiência como condição individual para a família como espaço de produção de oportunidades ou de restrições.

Quadro 1 - Síntese dos resultados bibliográficos recuperados da tese

Eixo do estado da arte	Resultado bibliográfico recuperado da tese	Implicação para o artigo
Adolescência e deficiência	Presença de leituras estereotipadas sobre potencialidades, sexualidade, interação social e aprendizagem.	O futuro precisa ser discutido para além da incapacidade atribuída.
Família e deficiência intelectual	Preocupações parentais vinculadas à incerteza, cuidado prolongado e suporte futuro.	A expectativa familiar organiza oportunidades ou restrições no presente.
Autodeterminação	Poucos estudos articulam autodeterminação, adolescência, deficiência intelectual e representações dos genitores.	O recorte proteção-emancipação agrega originalidade ao debate.
Diferenças parentais	A literatura sinaliza distinções entre funções paternas e maternas no cuidado e na educação.	A análise deve considerar gênero, sobrecarga e presença cotidiana.

Fonte: Elaborado com base em Costa (2021).

Um primeiro resultado bibliográfico refere-se à permanência de leituras estereotipadas sobre a deficiência intelectual. A tese registra que parte dos estudos revisados reforça a compreensão de que adolescentes com deficiência intelectual têm suas potencialidades subestimadas, especialmente quando se trata de sexualidade, tomada de decisão, interação com pares e participação social. A superproteção familiar aparece, nesse conjunto, não apenas como

comportamento isolado, mas como efeito de representações culturais que aproximam deficiência de incapacidade e adolescência de risco.

Um segundo resultado bibliográfico aponta a centralidade das incertezas sobre o futuro. Quando a literatura focaliza pais e mães, emergem preocupações relacionadas à vida adulta, à independência financeira, à continuidade dos cuidados, à moradia, aos relacionamentos e à presença de suporte social quando os genitores envelhecem ou faltam. Essa inquietação aproxima-se de Foley (2013), pois a família tende a oscilar entre o desejo de preparar o filho para a autonomia e o temor de que a exposição a experiências adultas produza sofrimento, exploração ou fracasso.

Um terceiro resultado diz respeito à diferença entre função paterna e materna. A tese observa, em seu estado da arte, que mães costumam ser representadas como principais cuidadoras, enquanto pais aparecem mais ligados ao provimento econômico e à normatização de condutas. Essa divisão interfere nas expectativas de futuro: quem acompanha mais de perto as dificuldades cotidianas tende a perceber com maior nitidez riscos e dependências; quem permanece mais afastado das tarefas diárias pode sustentar expectativas mais orientadas à independência, ainda que nem sempre acompanhe sua operacionalização.

Por fim, o levantamento bibliográfico evidencia a necessidade de transformar famílias em agentes ativos da autodeterminação. A literatura revisada não nega dificuldades decorrentes da deficiência intelectual, mas aponta que habilidades de escolha, participação e resolução de problemas dependem de oportunidades sociais. Logo, a expectativa de futuro precisa sair do campo da esperança abstrata e converter-se em prática cotidiana: permitir pequenas compras, escutar opinião própria, estimular convivência, treinar deslocamentos, discutir metas e reconhecer desejos do adolescente.

A partir desse mapeamento, também se observa que a categoria “futuro” aparece, muitas vezes, de forma indireta. Ela surge quando os estudos tratam de independência, envelhecimento dos cuidadores, escolarização, vida laboral, relações afetivas, moradia e capacidade de decisão. Essa presença indireta

revela um ponto teórico relevante: as famílias nem sempre nomeiam suas preocupações como projeto de vida, mas as expressam por meio de perguntas práticas, como quem cuidará, onde o filho viverá, se conseguirá administrar dinheiro, se será aceito em espaços sociais e se terá proteção contra abusos ou discriminação.

Outro dado bibliográfico importante refere-se à passagem da infância para a adolescência. A tese indica que a puberdade pode ocorrer de modo semelhante à dos adolescentes considerados típicos, mas a autonomia social nem sempre acompanha esse processo. Essa defasagem entre corpo adolescente e posição social infantilizada produz impasses familiares, pois os genitores reconhecem mudanças biológicas e afetivas, mas mantêm dúvidas sobre competência, autocuidado e capacidade de avaliar riscos. Por isso, a adolescência com deficiência intelectual torna-se um período em que o cuidado precisa ser renegociado, e não apenas mantido nos moldes da infância.

O levantamento ainda permite perceber que a família costuma ser chamada a compensar ausências institucionais. Quando a escola, os serviços de saúde, a assistência social e as políticas de transição não oferecem orientação continuada, a família tende a decidir sozinha sobre autonomia, circulação, dinheiro, sexualidade, trabalho e convivência. Essa solidão decisória intensifica a proteção, porque o medo deixa de ser apenas emoção privada e passa a funcionar como estratégia de gestão de riscos. Daí a importância de ler a superproteção sem culpabilização simplista, considerando os apoios que faltam às famílias.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: ENTRE A PROTEÇÃO QUE CUIDA E A PROTEÇÃO QUE LIMITA

Os resultados empíricos da tese permitem compreender que as expectativas familiares sobre o futuro de adolescentes com deficiência intelectual não se organizam de maneira linear. Na análise lexical das entrevistas, duas classes emergiram com igual peso: “dificuldades na

consolidação das capacidades” e “capacidade de enfrentamento”. A primeira reúne sentidos associados a obstáculos, dependência e limites; a segunda indica possibilidades de desenvolvimento, resolução e enfrentamento. A coexistência dessas classes evidencia que a família não nega a importância da autonomia, mas a imagina atravessada por barreiras que, muitas vezes, parecem superiores às capacidades dos adolescentes.

Na análise de similitude, os léxicos “capacidade” e “resolver” ganharam centralidade, acompanhados de termos como “desenvolver”, “exercitar”, “responsabilidade”, “estimular”, “orientar” e “norma”. Esse campo lexical sugere que a expectativa de futuro passa pela ideia de resolver problemas sem depender integralmente de outra pessoa. Ao mesmo tempo, a presença de termos ligados à orientação e à norma mostra que a autonomia imaginada pelos genitores permanece acompanhada por controle adulto. A emancipação, portanto, aparece como horizonte desejado, mas não plenamente autorizado.

A nuvem de palavras reforçou a associação entre autoeficácia, capacidade, resolução de problemas e independência. Esse resultado dialoga com Brown e Brown (2009), para quem a escolha constitui dimensão observável da qualidade de vida, pois revela desejos e direções pessoais. Entretanto, quando a escolha é pensada apenas como prova de competência prévia, e não como experiência a ser ensinada, a família pode aguardar uma maturidade que talvez nunca se desenvolva sem prática. A expectativa de futuro, nesse caso, torna-se circular: o adolescente não escolhe porque ainda não demonstra autonomia, mas não demonstra autonomia porque poucas escolhas lhe são oferecidas.

O estudo inferencial também contribui para o debate. As diferenças significativas entre pais e mães apareceram em autonomia doméstica, cuidado com material escolar, compras e intensidade da autonomia, sempre com indicadores superiores entre os pais. Em termos interpretativos, isso sugere que os pais demonstraram maior preocupação declarada com habilidades instrumentais de independência, enquanto as mães, mais presentes nas rotinas de cuidado, tendem a manifestar receios associados à segurança e ao suporte.

Miltiades e Pruchno (2001), ainda que estudando mães de adultos com deficiência do desenvolvimento, ajudam a compreender a persistência de sobrecargas e mudanças ao longo do tempo na experiência materna.

A tensão entre proteção e emancipação torna-se particularmente evidente quando os genitores tratam de moradia e independência adulta. As falas transcritas na tese mostram expressões como “isso é muito difícil”, “morar sozinho requer muita independência”, “ele é muito dependente da mãe” e “todos temos medo que ele se machuque”. Essas formulações convergem com Foley (2013), que descreve familiares como sujeitos que, muitas vezes, negociam a sensação de serem protetores necessários e, simultaneamente, possíveis limitadores da autonomia. O cuidado, nessa perspectiva, não deve ser moralizado; precisa ser compreendido como prática situada em um cenário de escassez de apoios.

Mitchell (2012) auxilia a interpretar por que as famílias dos adolescentes investigados afirmam considerar importante a tomada de decisão, mas relatam poucas oportunidades concretas de escolha. Para muitos genitores, envolver o filho em decisões depende de fatores como compreensão, risco, complexidade da tarefa, ansiedade familiar e disponibilidade de supervisão. No entanto, se a escolha permanece restrita a situações sem consequência, o adolescente não aprende a lidar com frustração, negociação e responsabilidade. A emancipação exige uma progressão de escolhas: roupas, alimentos, organização de objetos, dinheiro de baixo valor, deslocamentos acompanhados, atividades de lazer, expressão de preferências e participação em decisões familiares.

Schalock (2004) permite ampliar a análise porque a qualidade de vida não se resume ao desempenho funcional. Mesmo adolescentes que necessitam de apoio podem participar de decisões, desenvolver relações interpessoais, experimentar pertencimento comunitário e construir formas de autodeterminação compatíveis com suas condições. Assim, a expectativa familiar sobre o futuro não deve ser medida apenas pela pergunta “ele viverá sozinho?”, mas por outras questões igualmente relevantes: ele será ouvido? Poderá escolher parte de sua rotina? Terá amigos? Terá acesso a trabalho protegido ou apoiado? Poderá

expressar afetos e recusar situações desconfortáveis? Terá serviços que reduzam a sobrecarga familiar?

Heller et al. (2011) contribuem ao destacar que a autodeterminação atravessa o ciclo de vida, o que torna insuficiente pensar a adolescência apenas como período de preparação escolar. A transição para a vida adulta precisa começar antes da urgência, incorporando metas graduais e apoios previsíveis. Na tese, os pais compreendem como importantes os componentes da autodeterminação, mas declaram promover poucas situações para sua efetivação. Esse achado indica que a lacuna central não está apenas na crença sobre autonomia, mas na distância entre crença e prática cotidiana.

Hewitt, Agosta, Heller, Williams e Reinke (2013) aprofundam esse ponto ao mostrarem que muitas pessoas com deficiência intelectual permanecem vivendo com os pais e, quando estes envelhecem, podem tornar-se dependentes de irmãos ou de redes familiares frágeis. A expectativa de futuro, portanto, não deveria repousar exclusivamente na dedicação materna ou paterna. Ela demanda políticas públicas, serviços de apoio, orientação familiar, planejamento de transição e estratégias comunitárias. Sem esses elementos, a família tende a responder com proteção intensificada, pois percebe que a emancipação expõe o adolescente a um mundo pouco preparado para acolhê-lo.

Schmidt e Angonese (2009) também ajudam a compreender a permanência de autopercepções e classificações sociais de incapacidade na vida adulta. Quando o diagnóstico organiza toda a leitura da pessoa, independências parciais podem ser invisibilizadas. O adolescente que arruma o material, expressa preferência ou realiza pequena compra talvez ainda seja considerado “criança” porque a representação familiar não acompanha sua idade cronológica. A tese identifica justamente esse traço: os filhos parecem “nunca crescer” na fala dos genitores, o que revela infantilização simbólica e dificulta a passagem para expectativas adultas.

Chambers et al. (2007), ao discutirem o que se sabe sobre autodeterminação, reforçam a importância das oportunidades de escolha como preditoras relevantes, muitas vezes mais decisivas que medidas abstratas de

inteligência. Esse argumento tensiona a prática familiar observada na tese, pois a deficiência intelectual não elimina a possibilidade de aprender a escolher; ao contrário, exige ensino mais explícito, repetido e contextualizado. A proteção que impede toda tentativa reduz erros imediatos, mas também reduz aprendizagem. O risco formativo, quando acompanhado, constitui dimensão necessária da emancipação.

Hudson e Miller (2006), citados na tese ao tratar da transição e de boas práticas, permitem pensar que serviços, profissionais e famílias devem produzir orientações concretas, e não apenas discursos favoráveis à autonomia. No caso da deficiência intelectual moderada, a emancipação não significa retirar apoios; significa qualificar apoios para que o adolescente participe mais. Uma família orientada pode transformar tarefas domésticas em treino de planejamento, pequenas compras em aprendizagem de dinheiro, expressão de sentimentos em comunicação protetiva e definição de metas em preparação para trabalho, lazer e vida comunitária.

A primeira categoria interpretativa derivada dos resultados pode ser chamada de futuro condicionado. Os genitores não negam que seus filhos possam aprender, porém frequentemente condicionam essa possibilidade a expressões como “dentro do possível”, “nem sempre conseguimos” ou “não é fácil”. Nesses enunciados, a expectativa de futuro permanece aberta, mas cercada por ressalvas. Foley (2013) ajuda a compreender essa linguagem porque a família se posiciona entre o desejo de não aprisionar e a responsabilidade de evitar dano. O adolescente, assim, é visto como alguém que pode avançar, desde que a família consiga calcular e controlar os riscos envolvidos.

A terceira categoria pode ser nomeada como escolha vigiada. Os pais afirmam conversar, orientar, escutar e dar conselhos, mas a tese mostra que essas práticas ocorrem “às vezes” e nem sempre se desdobram em decisões assumidas pelo adolescente. Mitchell (2012) contribui para interpretar esse achado ao mostrar que a família avalia a participação do filho na escolha a partir de múltiplos fatores. O problema surge quando a avaliação parental nunca se

converte em deslocamento de poder decisório, preservando a escuta como gesto afetivo, mas não como reconhecimento de autoria.

A quarta categoria refere-se à moradia impossível. As falas sobre casa própria ou vida independente aparecem fortemente atravessadas por medo, dependência e dúvida. Heller et al. (2011) permitem problematizar esse resultado porque a transição para a vida adulta exige planejamento anterior, e não apenas uma decisão futura. Quando a família começa a pensar moradia apenas na iminência do envelhecimento parental, a autonomia parece inviável. Quando, ao contrário, o tema é trabalhado desde cedo, podem emergir alternativas intermediárias, como permanência familiar com maior participação, moradia assistida, residências inclusivas ou redes de apoio comunitário.

A sexta categoria diz respeito à temporalidade da deficiência. Quando os genitores se referem aos filhos adolescentes como “crianças”, produzem um deslocamento simbólico que prolonga a infância no imaginário familiar. Schmidt e Angonese (2009) ajudam a compreender como trajetórias de pessoas com deficiência intelectual podem ser marcadas por classificações sociais de incapacidade, ainda que existam habilidades de vida diária. A expectativa de futuro, nesse caso, fica bloqueada pela dificuldade de reconhecer que o adolescente cresce, deseja, observa, compara-se aos pares e precisa participar de decisões compatíveis com sua etapa de vida.

A sétima categoria remete à proteção como resposta à falta de rede. Hewitt, Agosta, Heller, Williams e Reinke (2013) evidenciam que famílias de pessoas com deficiência intelectual e do desenvolvimento dependem de políticas, financiamento, serviços e experiências concretas para sustentar escolhas ao longo da vida. Quando esses recursos são frágeis, a família tende a fechar-se em estratégias domésticas de segurança. A superproteção, portanto, não decorre apenas de crença individual; muitas vezes, responde à percepção de que o mundo social não dispõe de condições suficientes para acolher a participação do filho.

A oitava categoria envolve gênero e cuidado. A tese identificou que as mães aparecem mais protetoras, ao passo que os pais apresentaram

indicadores mais altos em algumas dimensões instrumentais de autonomia. Essa diferença não deve ser lida como oposição simplificada entre mãe que impede e pai que emancipa. Miltiades e Pruchno (2001) permitem reconhecer que mães de pessoas com deficiência do desenvolvimento vivenciam transformações e sobrecargas prolongadas. Quem administra alimentação, higiene, escola, terapias, crises e deslocamentos tende a perceber riscos de modo mais denso. A emancipação, assim, também depende de redistribuição de cuidado entre familiares e serviços.

A nona categoria diz respeito à qualidade de vida como horizonte integrador. Schalock (2004) torna possível deslocar a análise de uma pergunta centrada no desempenho para uma pergunta centrada nas condições de vida. Um adolescente pode necessitar de apoio para administrar dinheiro, mas ainda assim pode participar da escolha de uma compra; pode precisar de companhia para deslocar-se, mas ainda assim pode escolher destino e atividade; pode não morar sozinho, mas pode assumir responsabilidades no espaço doméstico. A expectativa emancipatória precisa reconhecer gradações, e não apenas a oposição entre dependência total e independência plena.

Ao aprofundar a discussão, verifica-se que o binômio proteção-emancipação precisa ser substituído por uma lógica de proteção emancipatória. Essa lógica reconhece que a família protege porque ama, teme e percebe barreiras reais; contudo, sustenta que proteger também pode significar preparar, treinar, informar, expor gradualmente e partilhar decisões. O cuidado deixa de ser sinônimo de fazer pelo adolescente e passa a envolver fazer com ele, observando suas respostas, ajustando apoios e ampliando margens de participação. Essa mudança representa um deslocamento ético e metodológico para intervenções familiares.

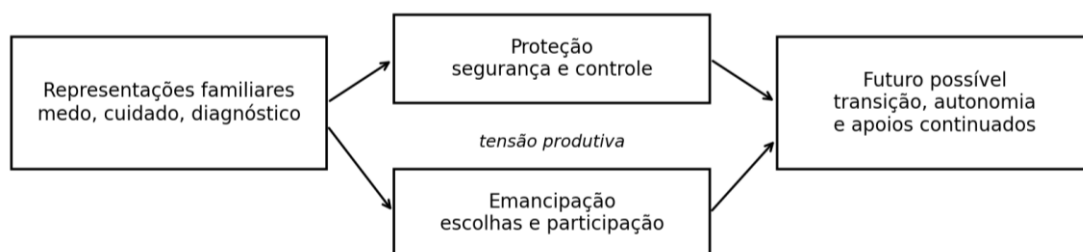
A análise também indica que o adolescente deve ser incorporado à conversa sobre seu futuro. Mesmo quando há limitações cognitivas, há preferências, desconfortos, desejos, vínculos e formas de expressão que precisam ser consideradas. Brown e Brown (2009) e Schalock (2004) permitem sustentar que qualidade de vida envolve participação subjetiva. Assim, a família

não deve apenas responder pelo adolescente, mas criar formas para que ele responda com os recursos que possui: verbalmente, por escolhas entre alternativas, por imagens, por rotinas observáveis, por gestos, por recusas e por manifestações afetivas.

A passagem entre proteção e emancipação, portanto, não requer abandonar a prudência. Ela requer qualificar a prudência por critérios pedagógicos e éticos. Uma família pode acompanhar uma pequena compra sem retirar o dinheiro da mão do adolescente; pode orientar uma escolha de roupa sem escolher por ele; pode conversar sobre relações afetivas sem silenciar a sexualidade; pode reconhecer limites intelectuais sem converter limites em destino. Nessas microdecisões, o futuro deixa de ser uma abstração ameaçadora e passa a ser ensaiado como prática de vida.

A figura a seguir sintetiza a matriz interpretativa que emerge dos resultados. As representações familiares partem de medo, cuidado e diagnóstico, desdobrando-se em dois caminhos possíveis. Quando o cuidado se fixa no controle, a proteção pode manter dependência. Quando o cuidado se reorganiza como suporte, torna-se condição de emancipação. Entre esses caminhos, situa-se a tensão produtiva que deve orientar intervenções com famílias: não se trata de opor proteção e autonomia, mas de transformar proteção em mediação para escolhas progressivas.

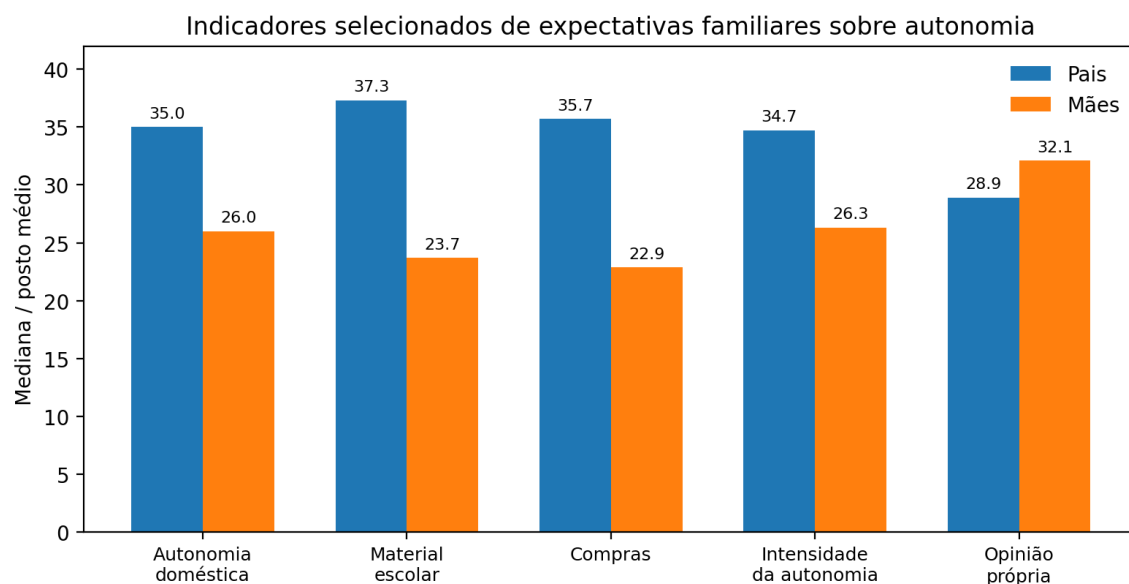
Figura 1 - Matriz interpretativa entre proteção e emancipação



Fonte: Elaboração própria, a partir dos achados de Costa (2021).

O gráfico seguinte retoma indicadores selecionados da análise inferencial. Embora os valores devam ser lidos dentro dos limites amostrais da pesquisa, eles tornam visível uma diferença interpretativa: os pais apresentaram postos médios superiores em autonomia doméstica, material escolar, compras e intensidade da autonomia, enquanto as mães superaram os pais em opinião própria. Essa distribuição sugere que a expectativa de futuro não se expressa da mesma forma em todas as dimensões. A independência prática pode ser mais valorizada pelos pais, enquanto a escuta e a opinião própria podem aparecer de modo mais sensível na experiência materna, ainda que marcada por proteção.

Gráfico 1 - Indicadores selecionados de expectativas familiares sobre autonomia



Fonte: Elaborado com base nos dados de Costa (2021).

Quadro 2 - Achados empíricos interpretados pela tensão proteção-emancipação

Dimensão analisada	Achado da tese	Leitura proteção-emancipação
Autonomia doméstica	Pais e mães consideram importante, mas relatam poucas situações de estímulo.	A prática cotidiana precisa transformar cuidado em treino progressivo.

Tomada de decisões e escolhas	A escolha é valorizada, porém pouco exercitada em situações concretas.	Decidir deve ser ensinado por oportunidades graduais e supervisionadas.
Resolução de problemas	Comprar, pagar ou lidar com dinheiro aparece como tarefa difícil e arriscada.	O risco pode ser mediado por apoio, não simplesmente interditado.
Metas e futuro adulto	Morar sozinho e ter independência são descritos como possibilidades difíceis.	A transição exige planejamento familiar, institucional e comunitário.
Autoconhecimento e opinião própria	Os genitores afirmam conversar, escutar e orientar, mas mencionam frequência limitada.	A voz do adolescente precisa entrar nas decisões familiares.

Fonte: Elaborado com base em Costa (2021).

A discussão dos resultados, à luz dos autores selecionados, permite propor uma formulação central: as expectativas familiares sobre o futuro não são apenas favoráveis ou desfavoráveis à autonomia; elas são ambivalentes, condicionais e dependentes de suporte. Foley (2013) evidencia a ambivalência entre empoderar e proteger; Mitchell (2012) mostra que a escolha depende de fatores avaliados pela família; Brown e Brown (2009) situam a escolha na qualidade de vida; Schalock (2004) amplia o horizonte para direitos e participação; Heller et al. (2011) inserem a autodeterminação no ciclo de vida; Hewitt et al. (2013) demonstram a centralidade das políticas e serviços; Miltiades e Pruchno (2001) iluminam a persistência da sobrecarga materna; Schmidt e Angonese (2009) apontam efeitos da incapacidade socialmente atribuída;

Chambers et al. (2007) reforçam oportunidades de escolha; e Hudson e Miller (2006) recolocam a transição como prática orientada por apoios.

Dessa forma, os achados indicam que a família precisa ser apoiada para deslocar a pergunta “meu filho consegue?” para “que apoios tornam essa experiência possível e segura?”. Essa mudança é decisiva, pois a primeira formulação tende a fixar a deficiência como limite; a segunda transforma o ambiente, a rotina e os serviços em variáveis pedagógicas e psicossociais. A expectativa de futuro, quando trabalhada com orientação, pode converter-se em plano: metas pequenas, responsabilidades graduais, participação nas decisões, rede de apoio, acompanhamento profissional, espaços de convivência e preparação para transições escolares, laborais e comunitárias.

O artigo, portanto, reforça que proteção e emancipação não devem ser tomadas como polos mutuamente excludentes. A proteção torna-se problemática quando paralisa experiências, infantiliza o adolescente e substitui sua voz. Contudo, ela se torna necessária quando garante mediação, previsibilidade, segurança e suporte. A emancipação, por sua vez, não equivale à independência absoluta, mas à ampliação da autoria possível. Para adolescentes com deficiência intelectual moderada, o futuro mais promissor parece residir na combinação entre cuidado responsivo e oportunidades reais, graduais e socialmente apoiadas de participação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo analisou as expectativas familiares sobre o futuro de adolescentes com deficiência intelectual moderada, tomando como eixo interpretativo a tensão entre proteção e emancipação. A partir da tese de Costa (2021), verificou-se que pais e mães reconhecem a autonomia como componente necessário do desenvolvimento, mas a imaginam atravessada por riscos, limitações e incertezas. A família, nesse cenário, aparece simultaneamente como principal fonte de suporte e como instância que pode restringir oportunidades de escolha quando o medo se sobrepõe à experiência.

Os resultados bibliográficos indicam escassez de estudos que articulem adolescência, deficiência intelectual, autodeterminação e representações familiares. A literatura revisada pela tese mostra preocupação recorrente com estereótipos de incapacidade, superproteção, diferenças entre funções paternas e maternas e ausência de investigações que tratem as famílias como agentes ativos na construção da autonomia. Os resultados empíricos reforçam esse diagnóstico, pois revelam distância entre considerar importante a autodeterminação e promover situações concretas para sua aprendizagem.

Como contribuição, o artigo propõe compreender a expectativa de futuro como prática presente. A família não prepara o adolescente para a vida adulta apenas por desejar que ele seja independente, mas por organizar experiências graduais de decisão, responsabilidade, convivência e autorrepresentação. A proteção, quando mediada por informação e suporte intersetorial, pode favorecer a emancipação; quando baseada somente no medo, tende a produzir dependência prolongada. Esse achado possui implicações para escolas, serviços de saúde, instituições especializadas e políticas públicas voltadas à transição para a vida adulta.

Entre os limites, destaca-se que o artigo deriva de estudo com amostra específica, composta por casais em relação conjugal vinculados a uma instituição de atendimento especializado. Pesquisas futuras podem ampliar o recorte para famílias monoparentais, irmãos, cuidadores, professores e os próprios adolescentes, incorporando desenhos longitudinais que acompanhem mudanças nas expectativas familiares ao longo do tempo. Ainda assim, os dados analisados evidenciam uma questão incontornável: a autonomia de adolescentes com deficiência intelectual não se constrói contra a família, mas com a família, desde que o cuidado se converta em mediação para escolhas possíveis.

REFERÊNCIAS

BROWN, I.; BROWN, R. I. Choice as an aspect of quality of life for people with intellectual disabilities. **Journal of Policy and Practice in Intellectual Disabilities**, v. 6, n. 1, p. 10-17, 2009.

CHAMBERS, C. et al. Self-Determination: what do we know? Where do we go? **Exceptionality**, v. 15, p. 3-15, 2007.

COSTA, Sandra Beltrão Tavares. **Representações sociais dos genitores acerca da autodeterminação de seus filhos adolescentes com deficiência intelectual moderada**. 2021. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidad de Ciencias Empresariales y Sociales, Buenos Aires, 2021.

FOLEY, S. Reluctant 'jailors' speak out: parents of adults with Down syndrome living in the parental home on how they negotiate the tension between empowering and protecting their intellectually disabled sons and daughters. **British Journal of Learning Disabilities**, v. 41, n. 4, p. 304-311, 2013.

HELLER, T. et al. Self-Determination across the Life Span: issues and gaps. **Exceptionality**, v. 19, n. 1, p. 31-45, 2011.

HEWITT, A.; AGOSTA, J.; HELLER, T.; WILLIAMS, A. C.; REINKE, J. Families of individuals with intellectual and developmental disabilities: policy, funding, services, and experiences. **Intellectual and Developmental Disabilities**, v. 51, n. 5, p. 349-359, 2013.

HUDSON, P. P.; MILLER, S. P. **Designing and implementing mathematics instruction for students with diverse learning needs**. London: Pearson, 2006.

MARCHAND, P.; RATINAUD, P. L'analyse de similitude appliquée aux corpus textuels: les primaires socialistes pour l'élection présidentielle française. In: **Journées Internationales D'analyse Statistique Des Données Textuelles**, 11., 2012, Liège. Actes [...]. Liège: JADT, 2012.

MILTIADES, H. B.; PRUCHNO, R. Mothers of adults with developmental disability: change over time. **American Journal of Mental Retardation**, v. 106, n. 6, p. 548-561, 2001.

MITCHELL, W. Parents' accounts: factors considered when deciding how far to involve their son/daughter with learning disabilities in choice-making. **Children and Youth Services Review**, v. 34, n. 8, p. 1560-1569, 2012.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. O. B. **Metodología de la investigación**. Santa Fé: McGraw-Hill, 2010.

SCHALOCK, R. L. The concept of quality of life: what we know and do not know. **Journal of Intellectual Disability Research**, v. 48, p. 203-216, 2004.

SCHMIDT, A. E.; ANGONESE, L. S. O adulto com deficiência intelectual: concepção da trajetória escolar. In: **Congresso Nacional de Educação - EDUCERE**, 9., 2009, Paraná. Anais [...]. Paraná: EDUCERE, 2009.